

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 02
17/04/04 - 23/04/04**

- 01 - Países do Mercosul traçarão um plano conjunto contra o desemprego
- 02 - Meirelles diz que Brasil não tem planos de emitir dívida este ano
- 03 - Brasil e Cuba devem acertar validação recíproca de diploma
- 04 - Brasil e Uruguai facilitarão trânsito de cidadãos
- 05 - Brasil retoma exportação de energia para a Argentina
- 06 - Acordo Mercosul-UE foi adiado
- 07 - Secretário dos EUA evita polêmica sobre urânio brasileiro
- 08 - Brasil e EUA pesquisarão uso de hidrogênio como fonte de energia
- 09 - Brasil pode suspender reabertura de embaixada em Bagdá
- 10 - Lula impõe condição para envio de tropas ao Haiti
- 11 - Lula exalta política externa brasileira
- 12 - Brasil vota a favor de resolução sobre reunificação do Chipre
- 13 - Posicionamentos da diplomacia brasileira na ONU sofrem críticas
- 14 - Chanceler peruano visita o Acre
- 15 - Negociador chefe do Brasil na OMC classifica argumentos europeus de “idiotas”
- 16 - Embaixador defende postura exemplar quanto à fiscalização de tecnologia nuclear
- 17 - OMC fixou prazo para que impasse na Rodada Doha seja superado
- 18 - *Washington Post* diz que Brasil quer limitar resolução nuclear dos EUA na ONU
- 19 - Proposta brasileira para a reunião anual do FMI não foi incluída em pauta
- 20 - Negociações da ALCA dão indícios de que serão retomadas
- 21 - Lula assinará acordo com vistas a incrementar comércio Brasil-China

Países do Mercosul traçarão um plano conjunto contra o desemprego

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, admitiu ontem, em Buenos Aires, que o desemprego é um dos fatores que mais agravam a miséria no Brasil. Após a Conferencia Regional sobre o Emprego, o ministro afirmou que políticas conjuntas de combate ao desemprego entre os países do Mercosul são fundamentais e disse estar otimista em relação ao cenário brasileiro que de janeiro a fevereiro 239 mil empregos foram criados. Os quatro ministros do Trabalho do Mercosul assinaram um acordo que prevê a elaboração de estratégias que aumentem o emprego por intermédio de iniciativas comuns. O jornal *O Globo* expôs que essa foi uma atitude inédita e que todos os países do bloco têm taxa de desemprego superior a 10%. Berzoini aproveitou o momento para dizer que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não pode ser vista como um bloco restritamente

econômico, mas que é preciso sim levar em conta sua dimensão social. (O Globo – Economia – 17/04/04)

Meirelles diz que Brasil não tem planos de emitir dívida este ano

Conforme notícia no jornal *O Globo*, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, afirmou a Reuters em Xangai, na China, que o Brasil não tem planos de emitir títulos da dívida este ano e acrescentou que em março e abril houve uma recuperação na economia, como demonstram fortes indicadores. Segundo Meirelles, o Brasil está numa posição cômoda para esperar e analisar o mercado porque se encontra adiantado em um ano no cronograma estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para as reservas internacionais. Meirelles minimizou a importância da reação do mercado depois da decisão do banco de investimentos, JP Morgan, de baixar sua recomendação para títulos da dívida brasileira, fazendo com que os preços do bônus do país caíssem, e complementou dizendo que os fundamentos econômicos do Brasil são positivos e estão na direção correta. Depois, declarou o ministro que o Brasil, neste ano, está bem melhor que no ano passado para enfrentar dificuldades externas, mencionando o forte superávit comercial, a austeridade fiscal e as reservas internacionais. (O Globo – Economia – 17/04/04; O Globo – Economia – 19/04/2004).

Brasil e Cuba devem acertar validação recíproca de diploma

Brasil e Cuba estão perto de acertar a validação recíproca de diplomas de graduação e pós-graduação na área de saúde. Na última quarta-feira, 14 de abril, a Comissão de Especialistas do Ministério da Educação brasileiro, que visitou hospitais e programas de formação médica em Cuba, apresentou um relatório com as conclusões da missão oficial brasileira à Comissão Interministerial, criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para estudar a questão. No domingo, 18 de abril, chegaram ao Brasil os três membros da Comissão de Especialistas de Cuba, que também irão conhecer as instituições de formação médica no Brasil. Ao mesmo tempo, a Comissão Interministerial finalizará a proposta de reconhecimento para, posteriormente, negociá-la com as autoridades cubanas. A Comissão Interministerial está sob a supervisão do Ministério das Relações Exteriores e tem representantes da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União e dos ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Justiça e Defesa. A comissão propõe também o estabelecimento de critérios uniformes para a validação de diplomas de instituições de todo o mundo. A atitude inicial para o processo de validação de diplomas de medicina dos dois países começou em 26 de setembro do ano passado, em Havana, quando o presidente Lula e o presidente de Cuba, Fidel Castro, assinaram um protocolo de intenções. (Folha de S. Paulo – Educação – 19/04/2004).

Brasil e Uruguai facilitarão trânsito de cidadãos

Foi anunciado, na semana anterior à publicação deste informe, em *O Estado de S. Paulo*, que um acordo entre Brasil e Uruguai permitirá livre circulação entre ambos os países. As 700 mil pessoas que vivem ou trabalham na região das cidades fronteiriças de Jaraguão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai terão novos documentos de identidade, que lhes darão acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho formal dos dois países. A área de livre circulação compreende uma faixa de vinte quilômetros de largura próxima ao Rio Jaraguão, na fronteira entre os dois países, sobre o qual poderá ser construída uma segunda ponte. (*O Estado de S. Paulo – Cidades – 19/04/2004*).

Brasil retoma exportação de energia para a Argentina

O Brasil retomou nesta última segunda-feira, dia 19, a exportação de energia para a Argentina. Segundo o ministério de Minas e Energia, foram despachados no mesmo dia 300 MW gerados por duas usinas térmicas brasileiras, uma movida a gás e outra a carbono. O contrato de exportação assinado com a Argentina prevê o envio de até 500 MW térmicos no mês de abril, o que provocará a utilização de outras duas térmicas a carvão. A energia recebida pela Argentina será repassada, na verdade para o Uruguai, uma vez que a mesma deve ao Uruguai o fornecimento de 338 MW de energia, cujo contrato foi interrompido em razão da dificuldade energética argentina. As negociações para a exportação de energia em maio deste ano ainda não estão fechadas, e deverão envolver o despacho de energia hidrelétrica brasileira. O Ministério de Minas e Energia, responsável pelo levantamento sobre a energia disponível, não revelou o preço cobrado na exportação, tendo informado apenas o valor corresponde ao custo da geração e da transmissão da energia, além da interconexão entre os dois países. Segundo a *Folha de S. Paulo*, as negociações entre Brasil e Argentina previam o fornecimento de energia somente a partir de maio, mas a solicitação de energia emergencial feita pela Argentina no final de março, diante de uma piora no abastecimento do país, e acabou forçando a antecipação de decisões para o suprimento já em abril. (*Folha de S. Paulo – Brasil - 19/04/2004*).

Acordo Mercosul-UE foi adiado

Negociadores do Mercosul e da União Européia (UE) se encontraram nessa segunda-feira, dia 19, em Buenos Aires, para discutir as ofertas dos dois blocos para a criação de uma área de livre comércio. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a UE não entregou, ao menos oficialmente, uma oferta melhorada referente ao setor agrícola no qual são aplicados pesados subsídios. Por outro lado, o Mercosul, confirmaram fontes ligadas ao bloco, propôs uma aceleração do acordo, reduzindo de cinco para três anos o prazo previsto para que sejam zeradas as tarifas de



importação da grande maioria dos bens que serão incluídos na proposta. No caso de produtos sensíveis, o Mercosul defendeu a redução do prazo de dez para oito anos. Quanto a setores de grande interesse para os europeus, entre eles o de serviços, o bloco liderado por Brasil e Argentina falou de ofertas significativas, embora não especificasse quais seriam elas. Segundo *O Globo*, a principal meta do encontro era preparar o terreno para a reunião convocada para a primeira semana de maio de 2004, a ser realizada em Bruxelas e, sobretudo, conseguir alcançar um acordo preliminar a tempo para a Cúpula UE/América Latina, que será realizada no fim de maio deste mesmo ano, na cidade mexicana de Guadalajara. No entanto, as discussões para definir o acordo entre os dois blocos ficaram paralisadas e prosseguirão na reunião de Bruxelas. Neste intervalo, as consultas técnicas sobre o comércio de bens, serviços, investimento e compras governamentais continuarão entre ambos os lados. O prazo oficial para a assinatura do entendimento é outubro deste ano. Apesar disso, uma reunião da UE com representantes latino-americanos, realizada no último dia 19 em Trieste, na Itália, deixou claro que o entendimento pode ser ainda mais complicado do que se imaginava. O Ministro das Atividades Produtivas da Itália, Antônio Manzano, afirmou que o acordo com o Mercosul pode ficar pronto no primeiro trimestre de 2005, previsão diferente da perspectiva original de outubro. No encontro, os representantes latino-americanos expressaram preocupação pela possibilidade de que a ampliação da UE para os países da Europa do Leste faça os europeus voltarem-se para si mesmos, reduzindo a velocidade dos acordos com outros blocos, como o Mercosul. Os negociadores do bloco europeu negaram qualquer vínculo entre o acordo com a UE e a atuação, no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), do G-20 (grupo de países em desenvolvimento, liderado por Brasil, China e Índia, contrário aos subsídios agrícolas). O secretário de Relações Econômicas Internacionais da Argentina, Martín Redrado disse que esse encontro tinha como finalidade saber pessoalmente as posições de cada bloco e que isso não interferia nas decisões do G-20. (O Estado de S. Paulo – Economia – 20/04/2004; O Globo – Economia – 17/04/04; O Globo – Economia – 19/04/2004).

Secretário dos EUA evita polêmica sobre urânio brasileiro

O secretário de Energia dos Estados Unidos, Spencer Abraham, evitou comentar as divergências entre o Brasil e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre a inspeção das instalações brasileiras de enriquecimento de urânio. Segundo ele, esse é um assunto para ser discutido entre as Nações Unidas, a agência e o governo brasileiro. Afirmou ainda que os Estados Unidos não estão no país para dizer ao Brasil o que fazer e completou que tais questões devem ser resolvidas entre a ONU e o Brasil. Após encontro com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, Abraham afirmou que Brasil e Estados Unidos têm uma sólida relação de cooperação inclusive sobre energia nuclear. A AIEA vem pressionando o Brasil para que assine um protocolo adicional ao acordo de não-proliferação de armas nucleares. Esse protocolo permitiria que os técnicos da

agência tivessem mais acesso às instalações brasileiras onde ocorre o processo de enriquecimento de urânio. O governo brasileiro alega que o acesso às instalações pode expor a tecnologia desenvolvida no país. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a presença do secretário de Energia norte-americano no Brasil é um desdobramento da ampliação do acordo Brasil - Estados Unidos na área energética. Desde a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente americano George W. Bush, em julho de 2003, as relações dos dois países nesse âmbito avançaram consideravelmente, tanto que Rouseff e Abraham embarcaram juntos no dia 19 para a Conferência dos Ministros de energia do Hemisfério Ocidental em Trinidad e Tobago. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/04/2004; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/04/2004).

Brasil e EUA pesquisarão uso de hidrogênio como fonte de energia

O Brasil e os Estados Unidos assinaram um memorando de entendimento para desenvolver pesquisas e tecnologias para o uso do hidrogênio como fonte de energia. O documento foi assinado pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rouseff, e o secretário de Energia dos EUA, Spencer Abraham. Equipes dos dois países irão levantar as iniciativas sobre o assunto e trocar informações para identificar os pontos de interesse comum. Isto servirá de base para a produção conjunta de um novo produto a partir do uso de hidrogênio como fonte de energia, cujos custos seriam divididos entre Brasil e Estados Unidos por meio de parcerias público-privadas. Segundo a *Folha de S. Paulo*, um novo encontro entre as equipes deverá ocorrer nos próximos três meses. O secretário e a ministra também organizarão um seminário conjunto sobre tecnologias de uso de biomassa e biodiesel na geração de energia com o objetivo de identificar oportunidades comerciais e de desenvolvimento tecnológico desses combustíveis. O governo brasileiro já possui projetos de produção e uso de biodiesel. O objetivo é reduzir a importação de diesel, além de criar emprego e renda no campo e utilizar terras inadequadas para o plantio de gêneros alimentícios. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/04/2004).

Brasil pode suspender reabertura de embaixada em Bagdá

Segundo noticiou a *Folha de S. Paulo*, o diplomata Paulo Joppert declarou ser por um lado positiva a reativação da embaixada brasileira em Bagdá, pelo valor simbólico. O diplomata, enviado do Ministério das Relações Exteriores a Amã, capital da Jordânia, com a função de avaliar as possibilidades de reabertura da embaixada em Bagdá, afirmou, porém, que a preocupação quanto à questão da segurança ainda seria prioritária. Segundo Joppert, atualmente, o Ministério das Relações Exteriores mantém apenas a segurança do prédio da embaixada na capital iraquiana, e a volta dos funcionários ao trabalho exigiria um nível maior de

proteção. Paulo Joppert é o responsável pelo levantamento de custos relacionados à questão de segurança, e sua missão está prevista pra terminar no início de maio. De acordo com ele, nos próximos dias será enviado um relatório preliminar ao Ministério das Relações Exteriores, e a partir deste será decidido seu destino, regressar ao Brasil, permanecer em Amã ou ainda se irá a Bagdá. (Folha de S. Paulo – Brasil - 20/04/2004).

Lula impõe condição para envio de tropas ao Haiti

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o envio de tropas brasileiras ao Haiti, para se juntarem às forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), está condicionado ao efetivo engajamento da comunidade internacional na reconstrução daquele país. O presidente disse ainda que a missão somente terá sentido caso estiver em estreita sintonia com os países da região do Caribe. O convite da ONU ao Brasil foi respaldado por França, Estados Unidos, Peru, Argentina, Chile e União Européia (UE). Segundo declarou a *Folha de S. Paulo*, em princípio, as forças de emergência terão a incumbência de restabelecer a paz no país e acompanhar o processo eleitoral. No dia 9 de abril, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, disse que 1.470 homens estavam se preparando para a missão. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o convite ao Brasil está, em parte, relacionado à presença do país no Conselho de Segurança da ONU como membro não permanente. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/04/2004; *O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/04/2004*).

Lula exalta política externa brasileira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou hoje durante discurso na cerimônia de formatura de novos diplomatas, no Palácio do Itamaraty, que o Brasil ganhou mais importância no cenário mundial durante sua gestão. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o presidente argumentou que desde o início de seu governo conseguiu cumprir os objetivos concebidos originalmente e que o êxito desta política não pode ser medido pelo aumento das exportações, mas pelo número de países que desejam uma parceria estratégica com o Brasil, como Índia, China, Rússia e África do Sul. Afirmou o presidente que os parceiros do Brasil reconhecem a importância e o peso político do país na comunidade internacional, e expôs ainda os diferentes alvos de sua estratégia de integração sul-americana para a Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC). Lula não deixou de mencionar a campanha brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O pronunciamento do presidente foi marcado por elogios ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e ao assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia. Ao discursar antes do presidente, Amorim disse que nunca lhe faltou apoio político, mesmo quando algumas de suas medidas foram alvo de críticas ferinas. No discurso, Lula também apresentou sua

posição sobre a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual o país buscará equilibrar o processo negociador e tornar viável sua conclusão em tempo hábil. Para tanto, segundo o presidente, o acordo deve corresponder efetivamente ao interesse de todos, abrindo mercados e sem impor restrições indevidas à capacidade de cada país em decidir soberanamente sobre suas políticas industriais, tecnológicas, sociais e ambientais. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/04/2004; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/04/2004; O Globo – Economia – 21/04/2004).

Brasil vota a favor de resolução sobre reunificação do Chipre

O Brasil votou a favor da resolução da Organização das Nações Unidas que estabelece novas medidas de segurança a ser adotadas caso greco-cipriotas e turco-cipriotas votem a favor da reunificação do Chipre. Todos os países membros do Conselho de Segurança foram a favor de tal medida, com exceção da Rússia que vetou tal resolução. (Folha de S. Paulo – Mundo – 21/04/2004).

Posicionamentos da diplomacia brasileira na ONU sofrem críticas

O Brasil está sendo acusado por uma das principais organizações de defesa de direitos humanos do mundo, a Human Rights Watch. “As opções de política externa do Brasil estão ajudando a matar a Comissão dos direitos humanos da ONU”. O Brasil votou contra uma moção que condenava a China e, na mesma reunião, o governo brasileiro se negou a apoiar uma ação para condenar os russos pelos crimes cometidos na Chechênia e ainda foi um dos poucos países latino-americanos a não votar pelo envio de um relator da ONU para averiguar a situação em Cuba. Para completar, o Brasil cedeu à pressão dos países árabes e desistiu de apresentar uma resolução pedindo que homossexuais não sejam discriminados. O país apoiou ainda a iniciativa do governo chinês de pedir que a resolução contra a China não fosse tratada na ONU com uma explicação oficial de que Pequim vem avançando no tema, e que, portanto, não seria o momento para críticas nesse sentido. O que preocuparia Loubna Freih, principal representante da Human Rights da ONU, seria o fato de que Pequim faz um forte lobby com outros países que incluem concessões comerciais e militares à China. O voto contra a resolução que condenava a Rússia chocou as ONGs. “Votos como esse é que dão a possibilidade para que a impunidade internacional continue a reinar” afirmou a Human Rights Watch. Brasília propôs que, em lugar de resoluções condenando os países, a ONU deveria revelar relatório anual sobre a situação dos direitos humanos no mundo. A diplomacia brasileira foi, segundo o *Jornal do Brasil*, incoerente ao se abster na votação da resolução, que pedia que um relator da ONU fosse a Cuba, alegando que não tomaria partido em resoluções sobre países, e, em seguida, votou em favor da China. Diante desses posicionamentos, a Human Rights Watch abandonou a idéia de incluir o Brasil em uma lista que é

publicada todos anos de países com comportamento adequado na comissão da ONU. *O Estado de S. Paulo* noticiou ainda que o Brasil se absterá na votação de uma proposta apresentada por Cuba, que propõe uma investigação na base militar de Guantánamo, onde há indícios de violação dos Direitos Humanos no tratamento dos supostos terroristas lá presos. De acordo com os diplomatas brasileiros, o Brasil deverá assumir sua “tradicional política de abstenção” porque o debate teria se “politizado”. (*Jornal do Brasil – Internacional – 17/04/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/04/04*).

Chanceler peruano visita o Acre

Como parte da “aliança estratégica” firmada entre os presidentes do Peru, Alejandro Toledo, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro das Relações Exteriores peruano visitou o Estado do Acre, a convite do governador deste estado, Jorge Viana. O chanceler peruano foi acompanhado por vários presidentes de regiões administrativas do Peru e de empresários nesta visita oficial, na qual se tratou de temas como a construção de uma ponte sobre o rio Acre, principal obra de infra-estrutura entre o Brasil e o Peru. A proteção aos recursos naturais e problemas fronteiriços também foram tratados neste encontro. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 22/04/04*).

Negociador chefe do Brasil na OMC classifica argumentos europeus de “idiotas”

Segundo noticiou *O Estado de S. Paulo*, o negociador chefe do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) classificou os argumentos europeus referentes às negociações multilaterais agrícolas neste organismo de “idiotas”. Segundo o jornal, o diretor adjunto da OMC, Francisco Thompson Flores, responsável por tais negociações, fez alerta aos governos do Mercosul afirmando que caso o bloco acate o acordo com a União Européia (EU) nos termos até agora revelados, estará legitimando a política agrícola comum da Europa e paralisando as negociações da OMC. De acordo com diplomatas brasileiros, a UE oferece acesso a alguns produtos que interessam ao Brasil, porém, as cotas oferecidas são limitadas e não atenderiam as exigências do setor privado. O Mercosul, segundo exposto no jornal, não modificará sua oferta de liberalização comercial ao bloco europeu. Os europeus desejariam, de acordo com o mesmo periódico, que o Mercosul incluísse na liberalização não apenas nos serviços financeiros e de telecomunicações, mas também no setor de compras governamentais. (*O Estado de S. Paulo – Economia – 20/04/2004; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/04/04*).

Embaixador defende postura exemplar quanto à fiscalização de tecnologia nuclear

Em um artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o embaixador membro da Comissão sobre Armas de Destruição de Massa brasileiro, Marcos Azambuja, defendeu que o Brasil assumira uma postura exemplar na comunidade internacional, diante das acusações de obscuridade no programa brasileiro de enriquecimento de urânio. Segundo Azambuja, assegurando a proteção da tecnologia brasileira desenvolvida no processo de enriquecimento de urânio, e de acordo com os direitos internacionais de propriedade intelectual, o país deveria negociar o tipo de acesso dos inspetores ao nosso programa nuclear de fins pacíficos. Azambuja ressaltou que o Brasil não deve desperdiçar o “acúmulo de capital de credibilidade” que adquiriu ao aderir aos tratados internacionais de não-proliferação de armas de destruição em massa. (*O Estado de S. Paulo* – Espaço Aberto – 22/04/04).

OMC fixou prazo para que impasse na Rodada Doha seja superado

O diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), Supachai Panitchapaki, propôs a criação de um pacote com elementos de acordo sobre o ritmo de liberalização comercial até maio. A idéia de Supachai tem como intenção propiciar um mínimo de entendimento entre os países nas questões de agricultura e produtos industriais, como alegaram observadores na OMC. A idéia foi criticada pelo negociador-chefe do Brasil na OMC, Clodoaldo Huguene, que afirmou não ter percebido nada neste sentido na reunião. O fracasso de uma reunião entre o G-20 (grupo de países emergentes, que inclui o Brasil) e os EUA mostrou, segundo *O Estado de S. Paulo*, que o fim do impasse, que retarda as negociações da Rodada Doha, não parece estar perto do fim. A organização estabeleceu como prazo final, segundo o jornal, o mês de maio para que os países saiam do impasse e comecem a formar entendimentos. (*O Estado de S. Paulo* – Economia – 22/04/04).

Washington Post diz que Brasil quer limitar resolução nuclear dos EUA na ONU

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o jornal norte-americano *The Washington Post* publicou reportagem referente à tentativa de alguns países, tais como Brasil, Paquistão, Alemanha e outros membros do Conselho de Segurança da ONU, de alterar uma resolução dos Estados Unidos para acabar com a venda de armas químicas, biológicas e nucleares a “grupos terroristas”. A proposta, que é defendida pelos EUA, pretende criar uma legislação para regular o acesso de atores não-estatais a essas armas. Os diplomatas brasileiros, segundo a *Folha de S. Paulo*, temem que essa resolução possa ser usada para fins comerciais, ao incluir como “atores não-estatais”, não apenas terroristas, mas também empresas que comercializam equipamentos e tecnologias de uso pacífico, que podem também, no entanto, ser usadas para fins militares. Segundo a reportagem do *The Washington Post*, embora os representantes desses governos apoiem a iniciativa



de Washington de parar com o comércio de armas de destruição em massa, eles alegam que a resolução americana em negociação no conselho das quinze nações imporá novas obrigações legais a todos os membros da ONU sem que haja consentimento explícito das partes envolvidas. Os diplomatas do Brasil, do Paquistão e da Alemanha propuseram, de acordo com o jornal, uma emenda que limitaria a abrangência da resolução. O Brasil teria sugerido que fosse retirada linguagem que fizesse apelo aos Estados para reforçar tratados de não-proliferação multilaterais, condição que, de acordo com o jornal americano, é necessária para reforçar a autoridade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para realização de inspeções internacionais mais intrusivas. O governo brasileiro propôs ainda, segundo relata *The Washington Post*, que a palavra “proliferação” seja substituída por um termo que proíba mais diretamente as atividades dos Estados que estariam proliferando armas. O jornal lembrou que o Brasil recentemente recusou inspeções da agência nuclear da ONU em uma planta em Resende, mas declarou que o embaixador brasileiro nas Nações Unidas, Ronaldo Sardenberg, defende que a questão não tem relação com a posição do Brasil quanto à resolução norte-americana na ONU. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/04/2004; Folha de S. Paulo – Brasil – 23/04/04).

Proposta brasileira para a reunião anual do FMI não foi incluída em pauta

Segundo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, a proposta brasileira de mudar o cálculo do superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento dos juros) não está na pauta da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a proposta brasileira, investimentos em infraestrutura com retorno garantido não seriam computados como gastos no cálculo do superávit primário, como noticiado pela *Folha de S. Paulo*. A mudança de cálculo, defendida pelo governo brasileiro, poderia favorecer o investimento, e, conseqüentemente, o crescimento econômico do país. Contudo, como exposto em uma outra notícia veiculada também neste jornal, a diretora-gerente interina do FMI, Anne Krueger, indicou que não deve haver mudanças nos critérios de cálculo do superávit e ressaltou que os países endividados possuem margem para “realocar gastos” para o investimento, sem deixar de pagar a dívida. Contrariando a posição de Krueger, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, afirmou que vários países são a favor da proposta brasileira de flexibilizar o cálculo do superávit, assim como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e mesmo “segmentos do próprio FMI”. Mantega ainda disse ter recebido uma carta do ex-ministro da economia da Espanha, Rodrigo Rato, agradecendo a indicação brasileira dele ao cargo de diretor-gerente do FMI, que também foi confirmada pelo ministro Palocci. Rato comunicou, através da carta, que a América Latina precisa de uma “atenção especial” para seus problemas. Com isso, o ministro do Planejamento acredita num apoio de Rato à proposta de mudar o cálculo do superávit, caso seja confirmado no cargo de diretor-gerente. O governo brasileiro poderia mudar os critérios de cálculo do superávit, uma vez que a partir de 2005 o Brasil não terá mais obrigações com o FMI, segundo a *Folha*. O

ministro Mantega, no entanto, afirmou que o governo quer “que as coisas tenham aceitação, legitimidade”, que seriam conseguidos a partir do apoio do órgão. O apoio do Fundo Monetário à mudança no cálculo de superávit faria com que o mercado aceitasse mais facilmente essa mudança na política econômica brasileira. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/04/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/04/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 23/04/04).

Negociações da ALCA dão indícios de que serão retomadas

Em uma carta enviada para o chanceler brasileiro, Celso Amorim, o representante para o comércio exterior dos EUA, Robert Zoellick, propôs a retomada das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No mesmo momento, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro estaria, internamente, consultando o setor privado para que uma nova oferta, ampliada, fosse apresentada aos americanos tão logo o impasse político quanto ao acordo se superasse. O ministro da Agricultura do Brasil, Roberto Rodrigues, propôs que a oferta de bens sob o regime de livre comércio aumente de 38% para 60%, algo já colocado anteriormente pelo Mercosul. O ministro do Desenvolvimento, Luiz Felipe Furlan, teme, contudo, que a proposta de Rodrigues afete alguns setores vulneráveis da indústria. Somando-se ao recuo de Furlan em ampliar a oferta aos americanos, há, no Mercosul, o protecionismo da Argentina que recusa a liberalização de alguns produtos, segundo afirmou o *Estado*. (O Estado de S. Paulo – Economia – 23/04/04).

Lula assinará acordo com vistas a incrementar comércio Brasil-China

Brasil e China começaram a implementar um conselho empresarial que reúne 46 empresas de ambos os países. Uma comitiva de empresários chineses se reunirá com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília e levará uma versão do protocolo bilateral, que o presidente deve assinar em Pequim, em maio. As principais prioridades desse conselho empresarial serão a abertura do mercado chinês à carne brasileira, a negociação de um acordo de investimentos entre os dois países e a elaboração de um mapa econômico da China - com vistas à melhor entrada de produtos brasileiros neste país. (O Estado de S. Paulo – Economia – 23/04/04).